



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Campus Porto Velho Zona Norte
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD

FRANCIELI DIAS BRAU
ADRIANA TEIXEIRA VIEIRA

RESPONSABILIDADES DAS POLITICAS PÚBLICAS NA INCLUSÃO SOCIAL

PORTO VELHO
2023



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

FRANCIELI DIAS BRAU
ADRIANA TEIXEIRA VIEIRA

RESPONSABILIDADES DAS POLITICAS PÚBLICAS NA INCLUSÃO SOCIAL

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD, sob a orientação do professor Vinicius de Souza Santos.

PORTO VELHO
2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Brau, Francieli Dias.
Responsabilidades das políticas públicas na inclusão social /
Francieli Dias Brau, Adriana Teixeira Vieira, Porto Velho-RO, 2023.
17 f.

Orientador(a): Prof. Vinicius de Souza Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em
Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2023.

1. Políticas públicas. 2. Inclusão social. 3. Responsabilidades. I.
Vieira, Adriana Teixeira. II. Santos, Vinicius de Souza (orient.). III.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia -
IFRO. IV. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946 (Campus Porto Velho Zona Norte)

RESPONSABILIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA INCLUSÃO SOCIAL

Ciências Humanas, Volume 27 - Edição 126 SET/23 SUMÁRIO / 17/09/2023

REGISTRO DOI: 10.5281/zenodo.8353868

Adriana Teixeira Vieira¹

Franciele Dias Brau

Vinícius de Souza Santos²

Resumo

Este artigo aborda as responsabilidades das políticas públicas na promoção da inclusão social. Examina como as políticas governamentais têm um papel fundamental em garantir a participação equitativa de todos os cidadãos na sociedade. Por meio de uma abordagem qualitativa, a pesquisa explora o desenvolvimento e implementação dessas políticas, considerando fatores como acesso a educação, emprego, saúde e serviços básicos. Os resultados revelam a importância da formulação de estratégias que considerem as necessidades específicas de grupos marginalizados, como pessoas com deficiência e minorias étnicas. As conclusões destacam a necessidade de um compromisso contínuo do governo em criar um ambiente inclusivo, através da criação de leis e regulamentações que promovam a igualdade de oportunidades. Em suma, o estudo ressalta a responsabilidade das políticas públicas na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, destacando a necessidade de ações efetivas para alcançar esse objetivo. O artigo contribui para a compreensão das

estratégias que podem ser adotadas para promover a inclusão social e melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos.

Palavras-chave: Políticas públicas. Inclusão social. Responsabilidades

INTRODUÇÃO

A inclusão social, como pilar central da equidade e participação cidadã, é um tema de crescente importância nas agendas políticas e acadêmicas contemporâneas (Lotta, 2018). Este projeto de pesquisa tem como objetivo explorar as responsabilidades das políticas públicas na concretização desse ideal, avaliando como tais políticas podem desempenhar um papel fundamental na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A preocupação com a inclusão social surge em um contexto marcado por desigualdades persistentes, onde certos grupos enfrentam barreiras sistemáticas para acessar oportunidades essenciais em áreas como educação, emprego e saúde. A presente pesquisa busca contextualizar e examinar a extensão dessas desigualdades e suas implicações para o bem-estar social.

Nesse sentido, um levantamento das pesquisas já realizadas nesse domínio destaca as preocupações atuais e as lacunas de conhecimento existentes. A compreensão das complexidades inerentes à inclusão social exige uma análise abrangente das políticas públicas que buscam mitigar essas disparidades. A investigação atenta aos desafios enfrentados por indivíduos em situações de vulnerabilidade, como pessoas com deficiência e minorias étnicas, dentro do contexto das estratégias governamentais.

A problematização que motiva o desenvolvimento desta pesquisa surge da necessidade urgente de identificar os mecanismos mais eficazes para impulsionar a inclusão social, visando assim a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A delimitação clara dos objetivos e a consideração da aplicabilidade social são elementos fundamentais que norteiam esta investigação. O propósito é oferecer insights que possam ter um impacto substancial no desenvolvimento de políticas mais eficazes e fundamentadas,

capazes de abordar as complexidades das desigualdades presentes em nossa sociedade.

Nesse contexto, a presente pesquisa busca não apenas compreender as políticas de inclusão social, mas também fornecer diretrizes práticas que possam orientar a formulação, implementação e avaliação dessas políticas. Ao enfrentar o desafio de promover uma inclusão genuína em diferentes dimensões da vida social, tais como educação, emprego, saúde e participação cívica, o estudo procura identificar abordagens que considerem as particularidades de cada área e que sejam capazes de transcender os obstáculos existentes.

A delimitação precisa dos temas abordados é essencial para a realização de uma análise aprofundada e para a obtenção de conclusões significativas. Ao focar na identificação de melhores práticas e na avaliação dos impactos das políticas de inclusão social, este trabalho almeja fornecer orientações concretas para aprimorar a eficácia das intervenções. Além disso, a aplicabilidade social é uma diretriz constante ao longo da pesquisa, uma vez que o objetivo é contribuir com informações tangíveis que possam influenciar as políticas públicas em busca de resultados mensuráveis.

Em suma, a problematização que impulsiona esta pesquisa é profundamente ancorada na urgência de promover a inclusão social e construir uma sociedade mais justa e equitativa. A delimitação clara dos objetivos e a aplicabilidade social são cruciais para assegurar que esta investigação possa gerar insights valiosos e concretos, capazes de informar e aprimorar as políticas de inclusão social em direção a um futuro mais igualitário.

Os objetivos fundamentais desta pesquisa estão direcionados a uma análise minuciosa das políticas públicas vigentes, visando identificar suas abordagens, impactos e limitações no que concerne à promoção da inclusão social. A justificativa subjacente a este estudo reside na imperativa necessidade de oferecer conhecimentos embasados e aprofundados capazes de guiar intervenções governamentais mais esclarecidas e eficazes, com o propósito de mitigar as disparidades sociais e promover um ambiente de equidade.

Nesse âmbito, os objetivos específicos se concentram em compreender as estratégias adotadas pelas políticas de inclusão social, avaliar seus resultados concretos e identificar os pontos críticos que possam estar limitando o alcance de suas metas. A busca pela análise detalhada visa não apenas a compreensão teórica, mas também a geração de insights práticos que possam orientar a formulação de políticas mais assertivas e adaptadas à complexidade das questões sociais.

A relevância desta pesquisa se manifesta no sentido de que as políticas públicas, enquanto instrumentos de transformação social, devem ser embasadas em evidências sólidas e em uma compreensão abrangente das circunstâncias e desafios que envolvem a inclusão social. A análise criteriosa das políticas existentes e a identificação de suas limitações contribuirão para um entendimento mais claro de como tais políticas podem ser aprimoradas para atingir resultados mais substanciais e duradouros.

No contexto em que a desigualdade social persiste como uma questão premente, esta pesquisa procura oferecer um panorama abrangente das políticas públicas voltadas para a inclusão social, embasando-se em análises sólidas e detalhadas. Espera-se, assim, que os resultados obtidos possam informar a formulação e implementação de políticas mais eficazes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde cada cidadão tenha a oportunidade de participar plenamente e contribuir para o progresso coletivo.

Em resumo, este projeto de pesquisa aborda a relevância das políticas públicas na construção de uma sociedade inclusiva, levando em consideração as complexidades das desigualdades sociais. A investigação visa contribuir para a compreensão desses processos e aprimorar as estratégias que podem efetivamente promover a inclusão social em suas diversas dimensões.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

A importância das políticas públicas na promoção da inclusão social tem ganhado notável destaque como um tópico crucial nas agendas governamentais

e nos debates acadêmicos contemporâneos (Lotta, 2018). A busca por sociedades mais justas e igualitárias tem impulsionado a atenção para a eficácia das políticas públicas em mitigar desigualdades e garantir oportunidades equitativas para todos os cidadãos. Nesse sentido, a atuação governamental por meio dessas políticas desempenha um papel fundamental na criação de condições que promovam a participação plena e a integração de grupos historicamente marginalizados. A obra organizada por Lotta (2018) enfoca a análise teórica e prática da implantação de políticas públicas no Brasil, oferecendo uma visão abrangente sobre a complexidade desse processo. No contexto atual, a discussão sobre políticas públicas e sua relação com a inclusão social é essencial para a construção de sociedades mais coesas e sustentáveis.

Conforme discutido por Ciríaco (2020; Securato, 2019), a inclusão social representa um processo fundamental que visa assegurar a igualdade de acesso a oportunidades, serviços e recursos para todos os cidadãos, independentemente de suas origens socioeconômicas, gênero, raça, etnia ou capacidades individuais. Esse conceito envolve a eliminação de barreiras e desigualdades sistêmicas que historicamente excluíram determinados grupos da participação plena na vida econômica, social e cultural da sociedade. Ao adotar essa perspectiva inclusiva, as políticas públicas buscam promover um ambiente que respeite e valorize a diversidade, criando condições para que cada indivíduo contribua e beneficie-se de maneira igualitária. A compreensão clara desse conceito é vital para orientar a formulação e implementação de políticas públicas eficazes que possam desempenhar um papel significativo na construção de sociedades mais justas e coesas.

Nesse contexto, as políticas públicas desempenham um papel fundamental na criação de uma sociedade mais justa e igualitária, atenuando as disparidades e desafios enfrentados por grupos marginalizados.

Segundo Santos (2023), a inclusão social é um objetivo que abrange diversas dimensões, sendo multifacetado e abrangente em sua natureza. Essa abordagem envolve áreas cruciais como educação, emprego, saúde, habitação e participação cívica. As políticas públicas são instrumentos vitais para a

concretização desse propósito, atuando por meio de intervenções estruturais e estratégias focadas. O objetivo central dessas políticas é remover obstáculos e oferecer suporte às populações mais vulneráveis, garantindo assim que todos os indivíduos possam se engajar plenamente na vida econômica, social e cultural de suas comunidades. Através de tais ações, busca-se criar uma sociedade mais justa e igualitária, onde a participação e contribuição de todos sejam valorizadas, independentemente de sua origem ou condição. A interconexão entre as diversas dimensões da inclusão social destaca a importância de uma abordagem abrangente nas políticas públicas, que vão além de setores isolados para criar um ambiente inclusivo e equitativo para todos (Hoyler, 2019).

Diversas abordagens teóricas têm sido aplicadas para analisar a eficácia das políticas públicas na promoção da inclusão social. A teoria da justiça social, por exemplo, enfatiza a importância de garantir que as políticas sejam equitativas e beneficiem todos os segmentos da sociedade, especialmente aqueles historicamente desfavorecidos. Além disso, a teoria dos atores sociais argumenta que a participação ativa de grupos marginalizados no processo de formulação de políticas é fundamental para assegurar que as políticas atendam às suas necessidades e realidades (Moura et al., 2020; Hill, 2016).

É notável que as políticas públicas de inclusão social variam consideravelmente em termos de abordagem e escopo em diferentes contextos nacionais e culturais. Algumas nações implementaram políticas universais que buscam atender a todas as necessidades da população, enquanto outras adotaram abordagens mais específicas, direcionando esforços para grupos em situações de vulnerabilidade extrema, como pessoas com deficiência, minorias étnicas e populações indígenas (Securato, 2019; Souza, 2006).

No entanto, como apontado por Batista (2020), a efetiva implementação das políticas de inclusão social encontra-se confrontada com desafios complexos que demandam atenção cuidadosa. Entre esses desafios, destaca-se a alocação adequada de recursos, uma vez que as políticas públicas necessitam de financiamento suficiente para alcançar seus objetivos. Além disso, a coordenação interinstitucional surge como um fator crítico, uma vez que a colaboração entre

diferentes agências governamentais e entidades não governamentais é necessária para garantir uma abordagem abrangente e integrada.

A avaliação de impacto também se configura como uma questão desafiadora. Determinar com precisão o impacto das políticas de inclusão social exige métodos de avaliação robustos, que considerem não apenas indicadores quantitativos, mas também mudanças qualitativas nas vidas das pessoas afetadas por essas políticas. Essa avaliação é crucial para aprimorar a eficácia das políticas existentes e orientar decisões futuras.

A importância da monitorização constante é enfatizada por Batista (2020), pois as políticas de inclusão social não são estáticas; elas precisam se adaptar às mudanças nas condições sociais, econômicas e políticas. Manter um olhar atento sobre a implementação das políticas e seus resultados é fundamental para identificar possíveis lacunas ou áreas de melhoria.

Em resumo, a implementação bem-sucedida das políticas de inclusão social enfrenta desafios multifacetados que vão desde a gestão de recursos até a avaliação precisa dos impactos. A compreensão desses desafios é crucial para desenvolver abordagens mais eficazes e para promover a evolução contínua das políticas públicas de inclusão social, garantindo assim que elas atinjam seus objetivos de maneira abrangente e sustentável.

O trabalho de Barcellos (2005) enfatiza de forma destacada a importância das políticas públicas na promoção da inclusão social, destacando-a como um imperativo necessário para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. Nesse contexto, a autora realça como essas políticas são essenciais para mitigar desigualdades, bem como para criar um ambiente no qual cada indivíduo tenha igualdade de oportunidades para participar plenamente na vida econômica, social e cultural da sociedade.

Ao analisar as políticas públicas, o estudo oferece insights fundamentais sobre os desafios intrínsecos à promoção da inclusão social. Destaca-se que a implementação efetiva dessas políticas requer uma abordagem multidisciplinar, envolvendo diversos setores da sociedade e a coordenação entre diferentes

esferas governamentais. A obra também aborda abordagens teóricas e práticas bem-sucedidas na implementação dessas políticas, permitindo uma compreensão abrangente das estratégias que têm demonstrado resultados positivos na promoção da inclusão.

Dada a crescente conscientização sobre as complexidades das desigualdades sociais, o estudo de Barcellos (2005) ressalta a importância de uma compreensão contínua das políticas de inclusão social e de seus efeitos. Isso é fundamental à medida que as sociedades buscam abordar as desigualdades de maneira eficaz. O trabalho sublinha a necessidade de criar um ambiente inclusivo e participativo para todos os cidadãos, assegurando que as políticas públicas continuem evoluindo e se adaptando para melhor atender às necessidades da população.

Em síntese, o trabalho de Barcellos (2005) oferece uma visão abrangente e essencial sobre o papel das políticas públicas na promoção da inclusão social. Ele ressalta sua relevância na construção de sociedades mais equitativas, ao mesmo tempo em que destaca os desafios e abordagens que podem impulsionar a eficácia dessas políticas. Ao compreender a importância e os impactos dessas políticas, as sociedades estão melhor preparadas para abordar as complexidades das desigualdades sociais e criar um futuro mais inclusivo para todos.

2 METODOLOGIA

Nesta pesquisa sobre as responsabilidades das políticas públicas na inclusão social, foi adotada uma abordagem metodológica que se fundamentou na revisão bibliográfica. A pesquisa consistiu na seleção e análise sistemática de estudos e artigos disponíveis em bancos de dados de pesquisa relevantes, como PubMed, Scopus e JSTOR. Essa abordagem permitiu a obtenção de uma compreensão abrangente das políticas públicas de inclusão social por meio da análise crítica da literatura existente.

No desenvolvimento da pesquisa, os passos dados consistiram em identificar e selecionar artigos científicos e relatórios governamentais que abordassem as políticas públicas de inclusão social. Foram utilizados critérios de inclusão específicos, levando em consideração a relevância dos documentos para o tema

da pesquisa. Os procedimentos envolveram a leitura e análise detalhada dos documentos selecionados, buscando extrair informações pertinentes sobre as responsabilidades das políticas públicas na promoção da inclusão social.

Os recursos utilizados para conduzir essa pesquisa baseada em revisão bibliográfica incluíram acesso a bancos de dados acadêmicos, plataformas de pesquisa online e ferramentas de busca especializadas. Foram empregadas palavras-chave específicas para identificar os estudos relevantes que abordassem a temática proposta. A pesquisa buscou abranger uma variedade de perspectivas e abordagens, buscando contribuições tanto de pesquisadores acadêmicos quanto de fontes governamentais.

Em relação aos instrumentos de coleta de dados, a revisão bibliográfica se baseou na análise de documentos já existentes, como artigos científicos, relatórios governamentais, políticas públicas e outros textos relevantes. A análise desses documentos permitiu a identificação de padrões, tendências e lacunas na abordagem das políticas públicas de inclusão social.

Por meio desses passos, procedimentos e recursos, a pesquisa se fundamentou na revisão bibliográfica como abordagem metodológica para compreender as responsabilidades das políticas públicas na inclusão social. A análise crítica da literatura existente contribuiu para a construção de um panorama sólido sobre o tema, integrando perspectivas diversas e informações relevantes para gerar insights fundamentados e conclusões significativas.

Nesta pesquisa sobre as responsabilidades das políticas públicas na inclusão social, adotou-se uma abordagem metodológica baseada em revisão bibliográfica. Utilizando bancos de dados de pesquisa como PubMed, Scopus e JSTOR, foram selecionados estudos e artigos que abordam as políticas públicas de inclusão social. A pesquisa envolveu a análise sistemática de artigos científicos, relatórios governamentais e outros documentos relevantes disponíveis nesses bancos de dados. A revisão bibliográfica permitiu uma análise abrangente das políticas públicas de inclusão, integrando perspectivas e

evidências da literatura existente para gerar insights robustos e conclusões significativas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise aprofundada das políticas públicas na promoção da inclusão social revelou insights significativos sobre a abrangência e complexidade desse campo de atuação. A compreensão da inclusão social como um objetivo multifacetado e abrangente, abordada por autores como Ciríaco (2020) e Santos (2023), destacou a importância de políticas que transcendam diferentes dimensões, como educação, emprego, saúde e participação cívica.

3.1 Desafios e Abordagens Práticas na Implementação de Políticas de Inclusão Social

A análise das políticas públicas de inclusão social, de acordo com Batista (2020) e Barcellos (2005), enfatizou a complexidade enfrentada na implementação eficaz dessas políticas. Questões como alocação de recursos adequados, coordenação interinstitucional e avaliação de impacto foram identificadas como desafios centrais. A necessidade de adaptação constante das políticas de acordo com as mudanças nas condições sociais e nas necessidades da população também se destacou como crucial.

3.2 Contribuições Teóricas e Práticas

A revisão da literatura contribuiu para a consolidação das perspectivas teóricas sobre inclusão social e para a identificação de abordagens práticas bem-sucedidas. As contribuições teóricas centraram-se na compreensão das dimensões complexas da inclusão social, enquanto as práticas se concentraram nas estratégias que têm demonstrado resultados positivos na promoção da participação equitativa.

3.3 Discussão dos Resultados

Os resultados obtidos nesta pesquisa têm evidenciado de forma marcante a relevância das políticas públicas inclusivas como ferramentas fundamentais no processo de construção de sociedades mais justas e igualitárias. A convergência de perspectivas entre diversos autores reforça que a promoção da inclusão social não pode ser compreendida isoladamente, mas sim como um conjunto interligado de dimensões que abrange áreas como educação, emprego, saúde e participação cívica (Barcellos, 2005).

A análise dos resultados salientou que a inclusão social demanda uma abordagem holística, que transcenda barreiras disciplinares e considere a complexa interconexão entre diferentes esferas da vida social. Isso significa que políticas que visam promover a inclusão devem abordar não apenas uma dimensão isolada, mas sim considerar como elas se entrelaçam para criar oportunidades equitativas para todos os indivíduos (Ciríaco, 2020).

No entanto, a discussão também trouxe à tona os desafios intrínsecos à implementação dessas políticas inclusivas (Hoyler, 2019). A alocação de recursos adequados, a coordenação eficaz entre várias instituições e a avaliação precisa dos impactos são questões cruciais que precisam ser enfrentadas para que tais políticas alcancem seus objetivos plenos. A viabilidade e a eficácia das políticas de inclusão social dependem da superação destes obstáculos, que muitas vezes demandam esforços conjuntos de diferentes setores da sociedade e do governo.

Portanto, os resultados e a discussão realizados ao longo deste estudo contribuem para a compreensão mais abrangente do papel das políticas públicas de inclusão social. A convergência de perspectivas, aliada à ênfase na interconexão das dimensões sociais, fornece um direcionamento crucial para a formulação e implementação de políticas mais eficazes. É imperativo que as abordagens considerem a complexidade das relações sociais e sejam capazes de enfrentar os desafios inerentes à promoção da inclusão, a fim de construir uma sociedade onde a igualdade de oportunidades e a participação plena de todos sejam realidades alcançáveis (Moura, 2020).

3.4 Limitações e Sugestões para Futuras Pesquisas

É válido ressaltar que, embora este estudo tenha oferecido contribuições significativas para a compreensão das políticas de inclusão social, algumas limitações foram identificadas ao longo do processo de investigação. A abordagem adotada, que se baseou predominantemente na revisão de literatura, pode ter restringido a profundidade da análise em relação a casos práticos específicos. A ausência de uma abordagem empírica, como entrevistas ou estudos de caso, pode ter limitado a compreensão completa das nuances e complexidades inerentes à aplicação das políticas de inclusão em cenários do mundo real.

Para futuras pesquisas, é recomendável que se busque uma abordagem mais abrangente, que combine tanto a revisão de literatura quanto a investigação empírica. Isso permitiria uma análise mais aprofundada e contextualizada das políticas de inclusão social, considerando não apenas as perspectivas teóricas, mas também os desafios e as experiências práticas enfrentados por diferentes comunidades e grupos sociais.

Além disso, seria enriquecedor direcionar futuras pesquisas para a exploração da aplicação das políticas de inclusão social em contextos regionais ou locais, levando em consideração as peculiaridades das populações atendidas. Cada comunidade pode apresentar desafios e necessidades únicas, e compreender como as políticas de inclusão se manifestam em diferentes cenários pode fornecer insights valiosos para aprimorar as estratégias de implementação.

Assim, reconhecendo as limitações desta pesquisa, é importante considerar que o campo das políticas de inclusão social é dinâmico e multifacetado, e há sempre espaço para investigações mais abrangentes e contextualizadas. Ao enfrentar as limitações identificadas e incorporar abordagens mais diversificadas, futuras pesquisas podem contribuir para um entendimento mais completo e eficaz das políticas de inclusão social e seu impacto nas comunidades em todo o espectro social.

3.5 Conclusão da Análise e Relevância das Políticas Públicas de Inclusão Social

A análise dos resultados confirma a importância vital das políticas públicas na promoção da inclusão social como um pilar fundamental para construir sociedades equitativas. A convergência de perspectivas teóricas e práticas demonstrou que essas políticas não apenas abordam desigualdades, mas também promovem a participação plena de todos os cidadãos. No entanto, o enfrentamento dos desafios evidenciados requer uma abordagem integrada e adaptativa. A compreensão aprofundada desses resultados é essencial para orientar ações futuras em direção a uma sociedade mais inclusiva, onde cada indivíduo possa prosperar e contribuir plenamente (Batista, 2020).

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a análise abrangente das políticas públicas na promoção da inclusão social, fundamentada nas contribuições de diversos autores como Ciríaco, Santos, Batista e Barcellos, ressalta a importância crucial desse campo na construção de sociedades mais justas, igualitárias e participativas. A compreensão da inclusão social como um processo multifacetado, que abrange dimensões como educação, emprego, saúde e participação cívica, enfatiza a necessidade de políticas públicas abrangentes e interconectadas. Essas políticas não apenas buscam remover barreiras e oferecer suporte às populações vulneráveis, mas também visam estabelecer um ambiente onde cada indivíduo possa desempenhar um papel ativo e significativo.

Contudo, ao avaliar a eficácia dessas políticas, observa-se que a implementação eficaz enfrenta desafios complexos, incluindo a alocação adequada de recursos, a coordenação interinstitucional e a avaliação precisa dos impactos. É importante ressaltar que, nesta pesquisa, os objetivos foram atingidos ao fornecer uma visão abrangente das políticas públicas de inclusão social e suas implicações. As hipóteses e suposições foram confirmadas, uma vez que a literatura revisada confirmou a importância e os desafios associados a essas políticas.

As principais contribuições teóricas e práticas deste trabalho residem na consolidação das diversas perspectivas sobre a inclusão social e sua relação com as políticas públicas. Além disso, o estudo forneceu uma compreensão

aprofundada dos desafios enfrentados na implementação dessas políticas e destacou abordagens que têm demonstrado sucesso em promover a inclusão. Essas contribuições são relevantes tanto para a academia quanto para os formuladores de políticas, fornecendo uma base sólida para o desenvolvimento e aprimoramento contínuos das estratégias de inclusão social.

No entanto, é importante mencionar as limitações deste estudo. Embora tenhamos buscado uma ampla revisão da literatura, algumas abordagens práticas podem não ter sido abordadas em detalhes devido a limitações de espaço. Recomenda-se que futuros estudos explorem mais profundamente a aplicação das políticas de inclusão social em contextos específicos, levando em consideração as nuances locais e os resultados concretos.

Em última análise, a pesquisa destaca a importância crucial das políticas públicas na promoção da inclusão social, reforçando sua relevância para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Este trabalho oferece uma base sólida para pesquisas futuras e o desenvolvimento contínuo de estratégias eficazes que busquem enfrentar as complexidades das desigualdades sociais e promover a inclusão de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Ana Paula de. **Neoconstitucionalismo, Direitos Fundamentais e Controle das Políticas Públicas**. Revista de Direito Administrativo: Repositório FGV de Periódicos e Revistas, Rio de Janeiro, v. 240, 2005, p. 102.

BATISTA, Leticia Alves; CARDOSO, Maykon Dhones de Oliveira. **Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade**. Revista Educação Pública, v. 20, nº 44, 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>

CAPELLA, A. **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, n. 61, p. 25-52, 2006. ISSN 1516-8085. Semestral.

CAVALCANTI, S.; LOTTA, G.; PIRES, R. **Contribuições dos estudos sobre burocratas de nível de rua.** In: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. Burocracia e políticas públicas no Brasil. Brasília: Ipea; Enap, 2018.

CIRÍACO, Flávia Lima. **Inclusão: um direito de todos.** Revista Educação Pública, v. 20, nº 29, 4 de agosto de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos>

FARIA, Carlos A. P. **Implementação: ainda o “elo perdido” da análise de políticas públicas no Brasil.** In: FARIA, Carlos A. P. (Org.). Implementação de políticas públicas: teoria e prática. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. p. 123-153.

HILL, M. J.; VARONE, F. **The public policy process.** 7th ed. London: Routledge, 2016.

HOYLER, T.; CAMPOS, P. **A vida política dos documentos: notas sobre burocratas, políticas e papéis.** Revista Sociologia e Política v. 27, n. 69, 2019

MOURA, F.; MENEGOTTO, L.; MEZZOMO, E. L.; ALVES, R. P.; COSTA, W. G. **Exclusão digital em processos de transformação digital: uma revisão sistemática de literatura.** Gestão Org. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 18, p. 198-213, jul./dez. 2020.

SANTOS, Marcia Pereira dos; ROSA, Elias Pedro. **Disrupção da educação: um olhar sobre a exclusão digital de estudantes de baixa renda na pandemia.** Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 23, nº 5, 7 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/5/disrupcao-da-educacao-um-olhar-sobre-a-exclusao-digital-de-estudantes-de-baixa-renda-na-pandemia>

SECURATO, José Cláudio. **Onlearning: como a educação disruptiva reinventa a aprendizagem.** São Paulo: Saint Paul, 2019.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão de literatura.** *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

¹Discentes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. e-mail: dricavieirajaru@gmail.com / diasbrau@gmail.com

²Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. Mestre em Administração e-mail: orientadortcc9.pvhzonanorte@gmail.com

[← Post anterior](#)

RevistaFT

A **RevistaFT** é uma **Revista Científica Eletrônica Multidisciplinar Indexada de Alto Impacto e Qualis “B2” em 2023**. Periodicidade mensal e de acesso livre. Leia gratuitamente todos os artigos e publique o seu também [clikando aqui](#).



Contato

Queremos te ouvir.

WhatsApp RJ: (21) 98159-7352

WhatsApp SP: (11) 98597-3405

e-Mail: contato@revistaft.com.br

ISSN: 1678-0817

CNPJ: 48.728.404/0001-22

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.

Conselho Editorial

Editores Fundadores:

Dr. Oston de Lacerda Mendes.

Dr. João Marcelo Gigliotti.

Editor Científico:

Dr. Oston de Lacerda Mendes

Orientadoras:

Dra. Hevellyn Andrade Monteiro

Dra. Chimene Kuhn Nobre

Revisores:

Lista atualizada periodicamente em revistaft.com.br/expediente Venha fazer parte de nosso time de revisores também!

Copyright © Editora Oston Ltda. 1996 - 2023

Rua José Linhares, 134 - Leblon | Rio de Janeiro-RJ | Brasil